

INFORMALIDADE, TERCEIRIZAÇÃO E TRABALHO DOMICILIAR EM FACÇÕES DE COSTURA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE¹

Roseli de Fátima Corteletti (UFCEG)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é contribuir com o debate atual em torno dos conceitos de informalidade e terceirização, bem como analisar as operacionalizações destes conceitos nas redes de relações que envolvem a organização do trabalho em facções domiciliares do município de Santa Cruz do Capibaribe-PE. Foram realizadas um total de 11 entrevistas, entre os anos de 2017 e 2019. Entre os principais resultados, destacamos que essas formas flexíveis de trabalho aparecem marcadas pela precariedade, se encontram imbricadas, se retroalimentam e no Polo são utilizadas como estratégias de sobrevivência do negócio, especialmente dos micros e pequenos empreendimentos. Constatamos que existem elementos novos sendo produzidos, mas as relações de parentesco, os laços de amizade e a confiança no outro continuam sendo centrais no cotidiano de trabalho, desde a origem do Polo até a atualidade. Verificamos também que existe a reprodução de um forte pensamento, no sentido de tornar-se empreendedor de si mesmo e de ter uma marca própria de confecção, o que geraria maior autonomia e liberdade no trabalho, mas na realidade concreta observa-se uma forte intensificação do trabalho, uma vez que os rendimentos salariais são condicionados a produtividade, além disso o trabalho produtivo realizado no domicílio, se mistura com o reprodutivo, gerando jornadas de trabalho de até 16 horas diárias.

PALAVRAS-CHAVE: Informalidade. Terceirização. Trabalho domiciliar. Empreendedorismo. Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.

INTRODUÇÃO

As reflexões sobre formas flexíveis de assalariamento, bem como sobre suas operacionalizações na realidade socioeconômica, se acentuaram nos últimos anos e podem contribuir para interpretações das transformações provocadas pela globalização e pelas políticas neoliberais da atual fase do capitalismo contemporâneo. Neste sentido, verifica-se que as formas que anteriormente eram consideradas formas atípicas de trabalho, atualmente estão se tornando regras no cotidiano do mercado de trabalho, especialmente em regiões periféricas, como é o caso do nordeste brasileiro.

Essa situação tornou-se ainda mais agravante com a aprovação da reforma trabalhista e regulamentação da terceirização realizada no ano de 2017, as quais provocaram uma

¹ Salientamos que este trabalho faz parte do projeto de pesquisa “**Trabalho e Globalização periférica: um estudo comparativo em três setores produtivos**”, coordenado pelo Prof Jacob Carlos Lima-UFSCar/CNPq e ainda está em desenvolvimento, sendo que a versão final está prevista para o primeiro semestre de 2020.

intensificação das formas flexíveis de trabalho, como é o caso da informalidade, terceirização, subcontratação, trabalho em domicílios, trabalho intermitente, *home office* e várias outras formas de trabalhos por aplicativos, as quais geralmente são marcadas pelo desemprego e precarização das condições de trabalho, devido aos baixos salários pagos, intensificação da jornada de trabalho, instabilidade profissional e ausência dos direitos sociais.

Desta forma, torna-se importante o desenvolvimento de estudos e pesquisas empíricas que nos permitam compreender a complexidade dessas dinâmicas em uma região onde o novo convive no mesmo espaço com o velho e, a partir dessa convivência, o relacionamento se reconfigura produzindo elementos novos, a partir da reprodução de elementos tradicionais baseados especialmente nos valores voltados para o empreendedorismo, nos costumes, na moral, em laços de familiaridade, amizade e confiança, os quais fazem parte da consciência coletiva presente no Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano.

Segundo Veras de Oliveira (2013, p. 271), as configurações atuais do Polo não substituem as anteriores, mas novas dinâmicas se interpõem, “no lugar do sulanqueiro, o confeccionista/empreendedor, no lugar da feira, o centro comercial e assim por diante”. Para o autor, “uma nova conformação vai nascendo dentro de uma antiga, sem que esteja sendo sumariamente substituída por aquela”. Mas existem também elementos totalmente novos advindos com o desenvolvimento dos grandes centros comerciais e com as novas tecnologias usadas no processo de confecção utilizado por empresas com maior capital de giro, bem como o uso de aplicativos para marketing e venda das peças produzidas, o que atualmente tem ganhado grande acessibilidade, através das redes sociais.

O objetivo deste trabalho é contribuir com o debate atual em torno dos conceitos de formas flexíveis de assalariamento, como é o caso da informalidade, terceirização e trabalho domiciliar, a partir dos quais buscamos analisar como ocorrem as operacionalizações destes conceitos, nas relações de trabalho desenvolvidas nas pequenas facções domiciliares de Santa Cruz do Capibaribe. Além disso, buscamos conhecer a realidade socioeconômica e o perfil de costureiras faccionistas e proprietárias de pequenas unidades produtivas domiciliares informais, a partir das quais analisamos os seguintes aspectos: trajetórias ocupacionais, condições e ambiente de trabalho, processo de produção, número de pessoas que trabalham na facção e forma de contratação, aspectos positivos e negativos do empreendimento, nível de satisfação, comercialização das confecções produzidas e planos para o futuro profissional.

Para o levantamento de dados, informações e observações do objeto de pesquisa foram realizadas seis viagens de campo para o município de Santa Cruz², onde foram realizadas um total de 11 entrevistas; destas, 7 com mulheres costureiras e proprietárias de facções³ informais, 1 com proprietário de fabrico⁴ informal, 1 com empresário-formal, 1 com gerente de lavanderia de jeans em Toritama-formal e 1 com a diretora de assuntos econômicos da Secretaria de desenvolvimento econômico da cidade. Contudo, neste trabalho, focaremos nossas análises no trabalho das mulheres faccionistas domiciliares e informais. Também foram realizadas observações das condições de trabalho nas facções de costura e nos pontos de comercialização no Moda Center e no Calçado⁵.

Todas as entrevistas foram agendadas previamente através de contatos com alunos da UFCG que residem no local, pesquisadores do TDEPP que já realizaram pesquisas no local e também de contatos feitos por um estudante de Administração da UFPE, que reside no local e que também está estudando o trabalho nas facções. Mediante autorização das personagens sociais, as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, foram transcritas. O ambiente, maquinários utilizados e peças produzidas foram fotografados. Vale salientar que os nomes de todas as pessoas entrevistadas e citadas neste trabalho são fictícios, como forma de proteger as interlocutoras. Sendo assim, na primeira parte deste trabalho, discutiremos, através da literatura atual na área da sociologia do trabalho, os conceitos de informalidade e terceirização, e, num segundo momento, analisaremos a operacionalização destes conceitos na realidade estudada, na qual buscaremos evidenciar partes das histórias das mulheres costureiras e proprietárias de pequenas facções domiciliares que participaram desta pesquisa. Cabe destacar que, apesar do aumento dos homens nas atividades de costura, as mulheres foram as pioneiras e são as principais protagonistas do desenvolvimento do polo e do trabalho

² Segundo Milanês (2015), por ser localizada em uma região de transição, “Santa Cruz do Capibaribe, conhecida como a “Capital da Sulanca”, “Capital da Moda” ou “Capital das Confecções”, foi historicamente marcada pelas feiras livres e seu desenvolvimento comercial também foi impulsionado pelo estabelecimento de grandes centros comerciais de cidades vizinhas.

³ Facções são pequenas unidades produtivas que funcionam dentro do espaço doméstico, onde o trabalho é especializado apenas em uma etapa do processo de produção das confecções. Normalmente recebem a peça cortada e fazem o fechamento da peça. Muitas vezes outra facção se responsabiliza pelos acabamentos e embalagem das peças. Verificamos que existem facções que possuem marca própria e se responsabilizam pela modelagem e pelo corte, terceirizando as demais etapas da produção.

⁴ Fabricos são unidades produtivas informais que funcionam dentro das próprias casas ou em uma extensão da mesma, como na garagem. O trabalho tem base familiar e as contratações são realizadas informalmente através das relações de parentesco ou amizades. Os fabricos são caracterizados por fazerem todas as etapas do processo produtivo, mas também podem faccionar alguma das etapas da costura.

⁵ Calçado é o nome atual do antigo Poirão. Local onde são comercializadas peças de baixo valor agregado, com preços mais populares. Era chamado de Poirão quando não havia calçamento no local.

domiciliar; contudo, neste trabalho, não entraremos diretamente no debate das questões de gênero uma vez que este tema será abordado em um próximo artigo, que já está sendo pensado em parceria com colegas desta mesma pesquisa.

1. INFORMALIDADE E TERCEIRIZAÇÃO

De acordo com Lima e Soares (2002, p. 3), o conceito de “informalidade engloba situações analiticamente distintas como economia informal, mercado informal, setor informal e trabalho informal”. Apesar das distintas definições relacionadas ao termo, na sociologia do trabalho e na economia, a informalidade possui algumas características definidoras como, por exemplo, a ausência de uma regulação por parte do estado, a ausência de contrato formal de trabalho com registro em carteira e a falta de estabilidade financeira.

De acordo com Araújo (2011), no ano de 1972, no Quênia, a OIT – Organização Internacional do Trabalho – relacionou o setor informal com a produção de pequena escala, com o baixo desenvolvimento tecnológico e trabalho domiciliar, e com trabalhadores que executavam atividades instáveis, sem registro em carteira e sem direitos sociais, ou seja, a discussão do informal aparece relacionada com a ausência de regulação na forma de assalariamento.

No Brasil, segundo Araújo (2011, p. 163), a problemática da informalidade aparece na literatura da sociologia do trabalho relacionada com a “marginalidade e população marginal, que assegurava sua sobrevivência em atividades situadas fora da relação salarial”. Atividades que se caracterizavam pelas precárias condições de trabalho e que envolviam a população considerada excedente e não absorvida pelo mercado de trabalho tradicional. Para a autora, pensava-se “em termos de uma dicotomia entre o moderno e o atrasado”. De um lado, o setor formal, com trabalho regulamentado e moderno, e de outro, o setor informal, desregulamentado, atrasado e arcaico. Entretanto, para outros autores existe uma relação de interdependência entre os dois mundos, a exemplo de Francisco de Oliveira, que faz a crítica à visão dualista e defende uma relação dialética entre o arcaico e o moderno, ou seja, para este autor, o processo de acumulação global introduz “relações novas no arcaico e reproduz relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

Nos estudos sobre o polo, constata-se a produção de formas diferenciadas e criativas que se relacionam com a reprodução de características tradicionais e culturais do local. O moderno e o atrasado convivem cotidianamente, como é o caso do uso de novas tecnologias

que acompanham as tendências regionais e globais, mas o trabalho continua precário e em série; as mercadorias continuam sendo vendidas em feiras populares e também em grandes centros comerciais, entre outros elementos da dinâmica social.

Nos anos 80 e 90, no Brasil, o debate sobre a informalidade ganha destaque. Com o desenvolvimento da reestruturação produtiva, abertura econômica para a globalização e ampliação das políticas neoliberais, ocorreu uma forte recessão econômica, com aumento acentuado do desemprego e desregulação do mercado de trabalho. Neste contexto, as empresas passam a adotar “novas” formas de gestão do trabalho e organização da produção, e o trabalho flexível passa a ser utilizado como forma de diminuir os custos com contratação da força de trabalho, como é o caso da terceirização, da subcontratação e do trabalho em domicílio. Com isso, houve um aumento acentuado da informalidade em geral, ou seja, no Brasil, por ser um país de economia periférica, as formas flexíveis de trabalho sempre foram conhecidas, desde a formação inicial do mercado de trabalho, por isso são analisadas por alguns autores como velhas formas de exploração da força de trabalho.

Contudo, neste contexto de transformações no mundo do trabalho, temos o surgimento do que alguns autores definem de “nova informalidade”, a qual, segundo Lima e Bezerra (2002), “pode ser considerada sinônimo da flexibilidade dos novos tempos”, ou seja, um fenômeno que surge marcado pela precarização das condições de trabalho.

Analisando o trabalho no polo, Burnett (2014) destaca a marcante informalidade presente nas facções e fabricos de costura na região do agreste pernambucano e relaciona ao “processo de acumulação do capitalismo latino-americano”, onde, com o desenvolvimento do capitalismo tardio, a força de trabalho brasileira, nordestina e do agreste pernambucano se estruturou de forma que tivesse maiores vantagens aos que possuem grande capital. Sendo assim, desde o início do polo, a informalidade, a terceirização, o trabalho domiciliar e a produção em série, nos moldes tayloristas/fordistas, vêm sendo utilizadas como estratégias para produção e comercialização de peças de vestuário populares, com menor valor agregado. De acordo com Lima, Corteletti e Araújo (2018, p. 12),

a ideologia do empreendedorismo ressignificou a informalidade na produção em trabalho flexível. O que era visto como arcaico e atrasado, tornou-se sinônimo de modernidade. Dada a dinâmica desenvolvida no Polo do Agreste Pernambucano, o trabalho assalariado, entendido como contrato regular, com direitos sociais acoplados, já há algum tempo tornou-se secundário na percepção dos trabalhadores-produtores.

A informalidade e a terceirização são utilizadas no Polo como modelos de empreendedorismo e autonomia no processo produtivo, como forma de aumentar os lucros da produção. Através do uso da terceirização não precisam ter sob o controle a produção de todas as etapas da produção, o que lhes permite enxugar os custos. Muitas vezes a facção terceiriza para outra facção que fica situada na mesma rua e o transporte das peças é realizado de moto ou mesmo de bicicleta. Outras vezes a facção terceirizada pode também estar localizada em uma área rural da região. Ou seja, verifica-se que essas formas de trabalho, marcadas pela precariedade e intensificação do trabalho são antigas no local, mas que na atualidade são reconfiguradas e adquirem um *status* social, cultural e simbólico, tanto que tornar-se autoempresendedor é um sonho para a maioria das pessoas que trabalham com confecções na região. Esse sonho está diretamente relacionado à busca pela autonomia e liberdade no trabalho.

Entretanto, de acordo com Rosenfield (2015, p. 2), “o autoempresendedorismo constitui-se em uma estratégia propícia ao atual contexto de esfacelamento das relações tradicionais de emprego”. Segundo a autora, neste processo existe uma tensão entre a autonomia e a subordinação:

a maneira como os sujeitos que ou optaram, ou foram levados ao empreendedorismo vivenciam a tensão entre autonomia e subordinação e sua inserção no mercado de trabalho. A tensão se estabelece entre a necessidade de trabalhar, as possibilidades concretas de inserção no mercado de trabalho e a disponibilização de recursos pessoais objetivos (competências, habilidades, contexto do mercado de trabalho, ofertas de trabalho, identificação de nichos e franjas de trabalho e prestação de serviços, possibilidades concretas de auferir renda) e subjetivos (desejos, perspectivas, projeções pessoais, perspicácia, avaliações). As estratégias são construídas com base na combinação desses elementos, tendo como pano de fundo as formas de experienciar e vivenciar as desigualdades resultantes da exploração do trabalho (p. 3).

Percebemos essa contradição apontada pela pesquisadora em algumas das entrevistas com faccionistas, nas quais houve momentos em que a questão da autonomia foi destacada como algo essencial na atividade de costura domiciliar, mas, em outros, se referiram a contratante como “patroa”, ou seja, constata-se que a liberdade é limitada, inclusive verificamos que a tensão está presente também quando querem mudar de contratante (quando conseguem outra contratante que paga melhor por peça costurada). Existe muita insegurança e até medo de mudar de contratante, uma vez que as relações são informais, mas baseadas no parentesco e vizinhança, e uma mudança poderia gerar desconforto e até mesmo quebra dos laços de confiança entre contratante e contratada.

A terceirização é mais utilizada pelas empresas de pequeno e médio porte e pelos fabricos, mas também por facções de maior porte que externalizam etapas da costura para facções que trabalham como terceirizadas por ainda não possuírem uma marca própria e por serem unidades produtivas domiciliares de pequeno porte, as quais possuem, em média, de um a três trabalhadores/as. Verificamos que as facções que trabalham como terceirizadas também subcontratam pessoas para trabalhar dentro da facção ou fora, se a pessoa possuir as máquinas necessárias. Constatamos também que existe na atualidade uma tendência das empresas de maior porte buscar o trabalho terceirizado em facções situadas nas áreas rurais, como forma de baratear os custos das confecções e aumentar os lucros.

Assim como no debate da informalidade, não existe, na literatura, até o momento, um consenso sobre o conceito de terceirização. Marcelino e Cavalcanti (2012) buscaram entender e definir a terceirização no contexto do capitalismo contemporâneo. Eles destacam que o termo vem do latim “*terceariu*” e se refere a uma relação entre duas empresas, e que, na atualidade, pode ser definida como: “todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas” (p. 338). Ou seja, podemos definir a terceirização como um processo que ocorre entre empresas, com a transferência da execução de atividades de trabalho de uma empresa para outra, em que a empresa contratante busca transferir a execução de atividades para uma empresa tomadora/prestadora de serviços, ressaltando que todas as responsabilidades trabalhistas e sociais dos trabalhadores terceirizados ficam sob responsabilidade da empresa prestadora do serviço.

De acordo com o DIEESE (2014), o principal objetivo das empresas com a terceirização é a redução de custos da empresa contratante. E pode ser aplicada em qualquer atividade das empresas/instituições, sendo diferenciada nas atividades relacionadas à prestação de serviços, que são as atividades *meio*. A atividade *meio* é caracterizada por ser uma atividade de apoio na produção e/ou de serviços como: atividades de limpeza, restaurante, segurança e recepção. A atividade *fim* é considerada de grande importância para a produção final e requer uma qualificação profissional mais elevada dos(as) trabalhadores(as), como, por exemplo, a de professor(a) de universidades, de engenheiro, entre outras atividades consideradas nucleares pelas empresas/instituições.

Na atualidade, ela atinge todos os setores econômicos, públicos e privados. De acordo com o DIEESE (2014), do ponto de vista social, a terceirização atinge os(as) trabalhadores(as) que se encontram mais vulneráveis no mercado de trabalho, ou seja, as mulheres, os jovens, os

LGBTQI, negros, imigrantes, que precisam se submeter a qualquer tipo de emprego por necessidades econômicas.

No Brasil, segundo Druck (2016), a terceirização é um velho fenômeno que teve as suas origens nas zonas rurais, através de contratação temporária de trabalhadores, conhecidos por “gatos”, que são subcontratados para trabalharem em determinadas épocas das colheitas agrícolas, principalmente no corte da cana. Nas confecções também a atividade é bem antiga, inclusive fez parte da primeira configuração do capitalismo. No polo estudado a terceirização e a subcontratação assumem diversas e complexas formas, como demonstraremos através das condições de trabalho relatadas pelas faccionistas entrevistadas. Entretanto, existe também a combinação do emprego formal, com o trabalho terceirizado ou subcontratado, utilizado como forma de aumentar a renda salarial.

2. O TRABALHO DOMICILIAR EM FACÇÕES DE COSTURA

Segundo Pereira Neto (2013, p. 169), “os fabricos e facções representam a maioria das unidades produtivas de Santa Cruz do Capibaribe”. Contudo, existem também empresas formais maiores, que em geral possuem mais de 60 funcionários. Atualmente, existe uma tendência significativa destas empresas ou de fabricos maiores contratarem trabalho terceirizado informal nas facções domiciliares urbanas, bem como em facções situadas nas áreas rurais, envolvendo o trabalho domiciliar familiar, nas quais o contratante encontra possibilidade de aumentar seus lucros através da diminuição dos custos. Como nas áreas rurais existe pouca ou nenhuma possibilidade de trabalho e renda, as costureiras/os faccionistas acabam aceitando o valor que lhes é oferecido, em função das necessidades de sobrevivência da família. A experiência na habilidade com a costura é aprendida de forma coletiva, de geração para geração. Inclusive, muitas famílias da zona rural acabam abandonando as atividades agrícolas e passam a se inserir totalmente no mundo das confecções.

De acordo com Milanês (2015), os acordos de trabalho estabelecidos entre o contratante e costureiras são bem diversificados e são, na maioria das vezes, informais. Atualmente os termos mais utilizados para definir os acordos é terceirização ou subcontratação, os quais não são sinônimos. A terceirização ocorre quando uma empresa, fabrico ou facção de maior porte, terceiriza externamente etapas do processo de confecção das peças. Normalmente, a relação de terceirização é estabelecida entre fabricos e facções, ou seja, as facções de menor porte

trabalham como terceirizadas para fabricos ou empresas de maior porte. Já a subcontratação ocorre quando uma facção que trabalha como terceirizada subcontrata outras costureiras para realizarem determinadas etapas da confecção das peças, podendo ser no interior da facção ou em sua própria casa.

As facções são especializadas na produção em série de determinadas etapas do processo de trabalho. Nas facções que visitamos, as costureiras eram responsáveis pelo fechamento das peças. Já a colocação da etiqueta, golas, bordados, acabamentos finais e embalagem das peças eram realizadas por outras costureiras, em suas casas. Muitas, inclusive, também possuem facções e trabalham como terceirizadas para a contratante inicial. Ou seja, constata-se a existência de uma rede de relações informais que envolvem o trabalho informal, terceirizado, subcontratado e domiciliar, a qual é movida e alimentada principalmente pelas relações de amizade e confiança.

O processo de produção das confecções de Santa Cruz está intimamente relacionado ao trabalho domiciliar. Conforme Moraes (2013), a maioria das pequenas facções e fabricos são geridas por relações de confiança e principalmente de parentesco, onde a família toda participa do processo produtivo, pois o trabalho é realizado dentro de casa, na sala, na garagem ou em outra peça do domicílio, o que fortalece a informalidade local, os laços de amizade e parentesco, e, inclusive, muitos contam com a ajuda do trabalho de crianças nas atividades mais simples e leves. Verificamos que os laços de parentesco estão presentes também na comercialização do vestuário, nas feiras e nos boxes do Moda Center.

No momento em que realizamos as entrevistas, as mulheres costureiras tinham entre 20 a 44 anos de idade. Quatro delas não possuíam filhos. Verificamos que aquelas que possuíam filhos com idade para o trabalho, estes estavam de alguma maneira envolvidos com o trabalho nas facções, na produção ou na comercialização no Moda Center, pelos aplicativos ou redes sociais. Verificamos que há um forte interesse por parte das faccionistas que os(as) filhos(as) trabalhem no empreendimento de base familiar e domiciliar, mas isso é relativo e nem sempre se reproduz com os jovens, que muitas vezes buscam outras ocupações ou profissões.

Uma das primeiras variáveis analisadas nas entrevistas foi a trajetória ocupacional das faccionistas, como forma de conhecer e entender como foram suas chegadas na atividade de costura, que conseqüentemente possibilitou a situação socioeconômica atual, ou seja, como autoempendedoras proprietárias de facções de costura. A seguir, vamos trazer alguns aspectos da trajetória de Rosângela, proprietária de uma facção com marca própria de roupas

plus size, na qual ela faz a criação, a modelagem e o corte das peças. As demais etapas do processo ela terceiriza para outras facções. Nas palavras da costureira,

Eu não sou de Santa Cruz, sou de Taquaritinga... Vim pra Santa Cruz depois que me casei. Santa Cruz é uma mãe, daí surgiu emprego com costura, daí fui lá, tentei e quem quer consegue. Fui aprender e aprendi a costurar, daí passei a trabalhar em uma fábrica, hoje faz um ano que saí da empresa. Coloquei um negócio próprio porque me identifico muito com a moda, entendeu? Eu tenho esse negócio, tiro modelagem e também crio. (Rosângela, 44 anos)

Rosângela possui uma vasta experiência da atividade de costura, pois chegou a trabalhar 22 anos em uma empresa da região, com contrato formal de trabalho, onde chegou ao cargo de gerente. Entretanto, demonstrou estar mais satisfeita trabalhando com negócio próprio. Quando perguntada sobre a carga horária de dedicação ao trabalho, ela respondeu que na fase atual trabalha mais, por ter mais responsabilidades, mas que, por outro lado, possui mais autonomia e qualidade de vida. A costureira lembra que na fábrica ela não tinha autonomia sobre o tempo de trabalho: “Lá eu tinha horário pra entrar e não tinha horário pra sair”. Sobre sua rotina de trabalho ela assim define: “Eu crio modelos, faço modelagem, compro o tecido, compro os aviamentos, sempre estou pesquisando estampas e cores da tendência. A gente tem que estar bem focado, se não a gente fica pra trás”. Vale salientar que, além da administração da facção, a costureira possui dois boxes de venda na área laranja do Moda Center. Os boxes são alugados no valor de R\$ 400,00 reais cada um. Além disso, ela também se desdobra entre os afazeres domésticos e atenção aos seus quatro filhos, que já ajudam na facção, porém, mais diretamente, ela conta com o trabalho da filha, principalmente na parte comercial de divulgação, vendas no box do Moda Center, no atacado e varejo, bem como por redes sociais. Destaca que mais de 50% do total das vendas são realizadas pelo *WhatsApp*.

Costuma vender para Pernambuco e também para outros estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Paraná, Roraima, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. Entre os aspectos negativos ela citou a concorrência com os produtos chineses e a crise econômica dos últimos tempos. Rosângela está a dois anos com negócio próprio. Atualmente, ela possui contrato com seis costureiras que trabalham como terceirizadas informais para sua facção. Seu sonho para o futuro é poder ampliar o negócio atual, contratando mais costureiras terceirizadas e colocando uma loja no Moda Center.

Procuramos verificar também sua percepção sobre terceirização e subcontratação. Segundo Rosângela, a subcontratação é definida pelo trabalho que é realizado dentro do empreendimento e a terceirização é quando a atividade é externa, ou seja, quando é executada

em outro local, em outra facção que trabalha como terceirizada para a proprietária da marca. É o caso da Lúcia, nossa próxima entrevistada que possui uma facção e trabalha como terceirizada para Rosângela.

Lúcia nasceu em Alagoas, mas seu pai era natural de Taquaritinga do Norte, que fica próximo de Santa Cruz. Um dia sua mãe veio conhecer Santa Cruz e viu na cidade uma oportunidade de melhoria de vida. Segundo a faccionista, sua mãe “era uma pessoa de visão” e viu que em Santa Cruz havia possibilidades para uma vida melhor, com mais trabalho e mais dignidade. Nas palavras de Lúcia,

Minha mãe é uma pessoa empreendedora, tudo isso que a gente tem aqui cabe a ela. Quando ela veio pra Santa Cruz ela viu uma possibilidade para os filhos trabalhar melhor, não enricar, veio contando que era uma maravilha. E eu era uma menininha muito na frente no meu tempo, comparando com as meninas de lá. Não me encaixava naquele mundo de lá... eu cheguei aqui dia 3 de novembro de 1999. Eu estudava, mas era uma dificuldade muito grande para estudar... tinha que trabalhar, meu pai era analfabeto, meio que prendia a gente pra não estudar, tinha que ir pra roça pra trabalhar, aprender a ler e escrever o nome tá bom, sempre com esse discurso, e aí, quando minha mãe veio pra cá, foi uma maravilha. (Lúcia, 35 anos)

Com muito esforço a faccionista conseguiu fazer o ensino médio e reconhece que herdou da mãe a habilidade para costurar e que foi graças a sua mãe que conseguiu sair da área rural. Lúcia nunca tinha saído de casa antes e, quando chegou em Santa Cruz, foi trabalhar na casa de uma parente que tinha um fabrico próprio. Inicialmente trabalhou de doméstica e de babá da neta da proprietária de um fabrico, mas logo sentiu vontade de aprender a costurar. Dois meses mais tarde ela deixou de ser babá e começou a costurar no fabrico da sua parente. Trabalhou dois anos, mas o fabrico acabou falindo e ela começou a procurar emprego. Segundo a costureira:

Cheguei a trabalhar numa facção aqui mesmo na Palestina, uma facção grande que pegava da Rota do Mar, trabalhei e aí depois eu passei a ser gerente de outra facção que foi aberta. Eu costurei por um bom tempo, passei por vários perrengues de patrão, de empresas... Eu questionava, eu era demitida... aí acabei chegando numa facção que até hoje tem, que é da Rota do Mar, uma das maiores empresas de Santa Cruz do Capibaribe, que fazia roupa pra todo mundo, e eu fiquei fascinada, foi muito bom, eu passei lá como costureira por 2 anos. Foi um aprendizado incrível! Digo que foi a minha faculdade, de trabalhar com gente, de lidar com a diferença de cada um, de respeitar as pessoas, de aceitar, de me impor, de dizer não na hora certa. No início foi meio difícil, é complicado dizer não, demitir. Então foi um momento muito bom, aí quando eu saí fui trabalhar por conta, comprei as minhas máquinas, comecei a trabalhar, pegando peças... (Lúcia, 35 anos)

Lúcia divide o espaço da facção domiciliar com a mãe, a cunhada e a sobrinha. A mãe tem 57 anos de idade e possui um fabrico de confecção de shortinho infantil, no mesmo

espaço da facção de Lúcia. Sua mãe criou uma marca própria e faz as peças do início ao fim, ou seja, não terceiriza nenhuma das etapas de costura. Inclusive, ela mesma se responsabiliza pelas vendas. Ela possui um banco no Calçadão, espaço coordenado pela Prefeitura municipal. É um espaço onde, nos dias de feira, são comercializadas peças com preços mais populares, mas também realiza vendas pelo *WhatsApp*. A costureira tem dois irmãos, um é mecânico e o outro que trabalha no fabrico da mãe, ajudando na fabricação de Shortinhos infantis. Ela costura exclusivamente para atender as encomendas da facção da Rosângela, que, juntamente com suas ajudantes, fecham uma média de 700 a 800 peças por semana e recebe uma renda em torno de R\$ 2.400,00 mensais, livre de todas as despesas. O horário de trabalho de Lúcia é de oito horas diárias, de segunda a sexta, mas, dependendo da demanda, trabalha à noite e também aos sábados. Constata-se que é um valor acima do que ganha uma costureira com contrato formal de trabalho, o qual, na região, gira em torno de um salário mínimo ou um salário e meio. Lúcia conta como desenvolveu vínculos de amizade e confiança com Rosângela:

Eu sou terceirizada, ela (Rosangela) é dona da marca *pluz size*... Por um tempo ela também foi a minha gerente, aí a gente criou um vínculo de amizade de muito tempo, e quando ela decidiu sair da fábrica pra trabalhar, ela começou a fazer modinha, aí ela lembrou de mim. Na época eu tava com bem pouquinha peça, era dois dias na semana, não tinha ninguém, era só eu, fui me segurando, me segurando. Não quero mais voltar pra esses fabricos que só humilham, que só devastam você, sugam você de uma forma... é bem complicado. (Lúcia, 35 anos)

Fica evidente nos diálogos que a vontade de ter um empreendimento próprio foi e é grande, ainda que seja pequeno, ainda que trabalhe uma carga horária maior, mas existe uma necessidade grande de autonomia. Ter um negócio próprio é visto pela cultura local como meritocracia. Vimos no depoimento que a relação de confiança e amizade entre a “patroa” e a faccionista possibilitou a relação de trabalho, que pode ser vista de autonomia e dependência ao mesmo tempo. Dependência no caso de Lúcia que até o momento ainda não possui marca própria e depende da contratante Rosângela. Como vimos nos depoimentos, é comum, no local, as trabalhadoras saírem de um contrato formal de trabalho de uma fábrica ou empresa e, com o valor recebido na rescisão contratual, comprarem as máquinas e montarem sua facção própria.

Outra costureira entrevistada foi a Tatiana. Ela possui um fabrico informal de roupas infantis, no qual faz a modelagem e os acabamentos. As demais etapas todas são terceirizadas. A comercialização é realizada por ela e seu irmão (Júnior, que também estava presente no momento da entrevista) em uma loja alugada no Moda Center. O valor do aluguel é de R\$

1.700,00 mensais. Além das vendas na loja, eles utilizam aplicativos e vendem nas redes sociais para clientes de diversos estados como Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pará, etc.

Tatiana começou a costurar com a mãe que era sócia de outra costureira, compraram as máquinas e produziram por longa data. Quando a facção da mãe fechou, restaram as máquinas e ela viu uma oportunidade de trabalho e renda. Assim, aceitou encomendas de uma empresa de Santa Cruz e começou a costurar em casa. Segundo a entrevistada não foi bem uma escolha, quando ela se deu por conta já estava costurando, por necessidade de sobrevivência e também para aproveitar o maquinário. O seu irmão também tem uma facção e produz roupas infantis nos tamanhos de 1, 2 e 3 anos e Tatiana produz a partir dos 4 até 14 anos. Tatiana utiliza na confecção das peças uma boa malha produzida em Santa Catarina, o que garante uma excelente qualidade nas peças. Confecciona, camisetas, calças, macacões, vestidos, shortinhos, bermudas, entre outras peças, mas somente na linha infantil. Ela mesma cria os modelos e contrata desenhistas para colocar no papel. A compra da malha é realizada através de representante ou nas lojas de Santa Cruz. Segundo Tatiana, “eu escolho a cor que eu quero, quantas eu quero, mas a gente também tem a opção de comprar a barca fechada, aí tem o mínimo de 100 quilos por estampa”. Ou seja, existe a possibilidade de comprar estampas exclusivas diretamente da fábrica, porém precisa comprar uma peça com 100 quilos de tecido.

A costureira utiliza o trabalho da Associação de Confeccionistas de Santa Cruz para fazer o corte. Eles imprimem os modelos na Plota, que é uma impressora grande. Nas palavras de Tatiana:

Mando minha modelagem e eles colocam no computador, sai uma folha grande com os riscos... Depois levo para uma facção que se responsabiliza pelo corte. Eu vou lá, coloco no carro, levo para a fábrica e separo, aí mando a frente pra passar o desenho, depois levo em outra facção que faz o fechamento das peças, depois vem pra mim fazer o acabamento... Eu tenho dois rapazes que trabalham comigo no acabamento. (Tatiana, 42 anos)

Tatiana salienta que prefere fazer os pagamentos às faccionistas por produção, que tem menos custos e não precisa se preocupar em pagar direitos sociais. A produção gira em torno de 5 mil peças ao mês, entretanto a empreendedora diz que o movimento nas vendas já foi bem melhor e que atualmente as pessoas estão comprando menos devido à crise econômica dos últimos anos. Além disso, salienta que a circulação de pessoas no Moda Center diminuiu devido à venda das peças pelas redes sociais. O pagamento pelo uso do aplicativo para marketing das mercadorias ao Moda Center é feito mensalmente ao custo de R\$ 70,00, com direito de colocar 12 fotos de peças produzidas, mas as fotos são limitadas de acordo com o

plano que é contratado. O processo é assim definido pela faccionista: “quando eu tenho mercadoria nova eu mando para o aplicativo e eles colocam as fotos na rede social, aí o cliente entra no aplicativo e fica procurando os fornecedores... o aplicativo serve como mostruário das peças”. Verificamos que as vendas através do uso das redes sociais facilitam significativamente a vida dos comerciantes de Santa Cruz, principalmente pela segurança do cliente, uma vez que os assaltos em ônibus e vans eram comuns na região.

Durante a entrevista os confeccionistas salientaram com orgulho que não fazem mais “sulanca”, que agora confeccionam e que toda a família se veste com roupas compradas no Moda Center. Sobre os planos para o futuro, os dois irmãos salientaram que pensam em aumentar a produção, focar mais nas redes sociais para divulgar e vender. “a gente tem que estar sempre atento às novidades, sempre procurando alguma coisa diferente, a concorrência é muito grande, pois tem muita gente confeccionando aqui”. Júnior, irmão de Tatiana, ao falar das dificuldades encontradas, diz: “a gente tem que ser funcionário para a loja, para a empresa. Se a loja vendeu R\$ 10 mil, aí pensa que esses 10 mil é da gente, não é! Os 10 mil não é da gente”. Através da fala do Junior fica claro que o fato de possuir um negócio próprio é possuir uma autonomia relativa, como ele mesmo diz é preciso ser empregado do seu próprio negócio, ou seja, ser um patrão se si mesmo.

Entrevistamos também uma jovem costureira chamada Laíz, com apenas 20 anos de idade, solteira, mora a dois anos com a família em Santa Cruz. Começou a costurar aos 15 anos. Aprendeu com sua mãe que também costura. A família residia em Jataubá, na área rural de Pernambuco, onde todos, menos o pai, trabalhavam com costura, mas, como as coisas estavam difíceis na área rural, mudou-se para Santa Cruz com o objetivo de arrumar emprego para aumentar a renda familiar. Isso porque, como já falamos anteriormente, o pagamento de atividades relacionadas à costura em áreas rurais é sempre menor do que o valor pago nas maiores cidades do polo. Segundo Laíz, “quando eles levam as peças para o sítio, a galera se aproveita, por ser mais distante, pagam menos”. Fica claro que o objetivo do contratante ao contratar trabalho das facções em áreas rurais é ter menos custos possíveis e, atualmente, vem tornando-se cada vez mais comum esta prática. Em uma região com poucas possibilidades de renda, a atividade de faccionista acaba sendo uma boa oportunidade para muitas famílias.

Laíz trabalha durante o dia em uma fábrica formal, com 60 trabalhadores/as, sendo que a maioria das costureiras são mulheres, mas, segundo Laíz, no corte e no acabamento predominam homens. O trabalho é por metas, mas as metas variam de acordo com o tipo de

atividade de costura. Segundo a costureira entrevistada, “cada tipo de operação tem uma meta. Hoje minha meta era 90 peças por hora, aí tem que fechar lateral, a meta muda, e fica em 60 peças por hora, vai variando de acordo com cada operação”. Para tirar a meta das operações tem um consultor que faz a peça e mede o tempo exato de cada operação. Constata-se a presença do cronômetro, lembrando a produção industrial em série do taylorismo/fordismo.

O salário fixo é R\$ 1.135,00 e se não faltar nem um dia durante o mês ganha uma bonificação R\$ 40,00 reais, o que equivale a um dia de trabalho, outro aspecto que se aproxima da teoria de Taylor, que acreditava que o trabalhador era movido pelas questões econômicas. Laíz trabalha das 7 às 18h, na fábrica, com um intervalo de 1:30h para o almoço, e à noite trabalha em casa, na facção que administra junto com sua irmã, onde conseguem ganhar uma média de R\$ 500 a R\$ 600 reais por semana, fazendo modinha que muda toda semana. A mãe e o irmão também administram uma facção no mesmo local. No momento, a família possui um total de 6 máquinas de costura e, segundo Laíz, seu sonho é futuramente voltar a estudar, fazer um curso de administração ou marketing, deixar de ser empregada e dedicar-se somente ao seu negócio, criando uma marca própria.

Patrícia foi outra faccionista entrevistada, jovem com 25 anos, solteira, mora sozinha e também trabalha só, como terceirizada para duas “patroas”. Ela se considera uma microempresária que começou a costurar desde muito cedo, com 14 anos já costurava, e aprendeu com a patroa da mãe. Trabalhou quase sempre na informalidade. Teve apenas uma experiência com carteira assinada aos 23 anos de idade, onde permaneceu apenas 90 dias. Ela fecha uma média de 90 a 120 camisetas ao dia e ganha R\$ 0,80 centavos cada camiseta fechada. Trabalha em torno de 12 a 14 horas diárias e consegue uma renda líquida em torno de R\$ 2.500,00 mensais, mas isso quando consegue trabalhar para duas patroas ao mesmo tempo, o que nem sempre acontece, pois, como a mesma falou, a demanda de uma das contratantes oscila muito, então nem sempre ela pode contar com uma produção garantida semanalmente. Apesar desta instabilidade, a costureira avalia positivamente o fato de trabalhar como faccionista domiciliar.

Quando perguntamos sobre as principais diferenças entre o trabalho domiciliar e o trabalho nas fabricas, com contrato formal, a faccionista responde:

É porque aqui ninguém aperreia o meu juízo, porque, assim, antigamente eu pensava, eu não quero trabalhar em casa, porque eu já moro só, já vivo só, pra todo lugar que eu ando é só, aí ter que trabalhar sozinha é triste, só que eu nunca me dei bem trabalhando fora. Sempre foi lugar longe, eu ia de bicicleta, eu era seca, eu sofria muito, e na empresa que trabalhei, eles não aceitavam que lanchassem lá, eu

acho isso um absurdo. Porque pegava de 7:00 horas até 13:30, mas pra gente tá lá de 7:00 horas, tinha que acordar no mínimo 5:30 ou 6 horas, tomar banho, comer pra poder ir, entendeu? Aí era no mínimo 5 horas de fome, aí eu achava isso um absurdo, aí eu coloquei na minha cabeça que não dava mais pra mim... Numa reunião, ele perguntou o que a gente queria pra melhorar a situação na produção, e aí eu fui sincera e falei: eu acho um absurdo que a gente tenha que comer escondido no banheiro, por que você não deixa a gente comer na máquina! Isso atrapalha em torno de 5 minutos pra comer numa máquina, pelos uma barrinha de cereal, ou você dá 10 minutos merecidos que toda empresa tem que dar de 10 a 15 minutos pra gente parar e comer. Entendeu? ele perguntou o que faltava pra melhorar e eu respondi, e no dia seguinte eu tava com a carta de demissão, e não foi só eu, foi outras pessoas também. (Patrícia, 25 anos).

Constata-se no depoimento que o proprietário da empresa fez um jogo com as costureiras, para ver o nível de satisfação com o trabalho. Aquelas que de alguma forma avaliaram negativamente o trabalho foram demitidas. A faccionista destaca como negativo também o trabalho por produtividade, com um número definido de peças por hora, mas salienta que o fato de bater as metas não significava aumento muito significativo na renda mensal, representava entre R\$ 100,00 ou 150,00 reais a mais, o que não compensava devido ao estresse provocado pelo desgaste físico e mental. A costureira conta que na época em que trabalhou na fábrica desenvolveu depressão, por conta da pressão e cobranças por produção.

Esses são alguns dos fatores que a levaram a trabalhar com facção domiciliar própria, pois tem mais autonomia e menos cobranças, não se cansa tendo que ir e vir, debaixo do sol quente. Disse estar economizando para comprar uma moto, o que facilitaria na entrega das mercadorias e também na ida para a academia. Verificamos que a ida para a academia de malhação é a única atividade de lazer da Patrícia, mas que foi a única entre as entrevistadas que pratica este esporte. Segundo a entrevistada, quando ela está com muito trabalho, subcontrata outras facções de pessoas conhecidas, para que realizem algumas etapas do processo de confecção. Disse que pretende, futuramente, aumentar a sua produção, colocar mais pessoas para trabalhar, comprar mais máquinas, mas ainda não pensa em ter marca própria. Considera que precisa de mais experiência para isso.

Entrevistamos também a faccionista Verônica, 34 anos de idade, casada, mãe de duas crianças, um menino de 5 anos e outra bebezinha de 3 meses. Ela tentou desmarcar a entrevista que havíamos agendado previamente, por estar sem trabalho no momento, mas insistimos, alegando que mesmo assim, conhecer um pouco da história de vida e de trabalho dela já seria importante para nossa pesquisa e ela nos recebeu. Ela começou a costurar desde muito cedo, pois perdeu a mãe aos 14 anos e teve que se virar. O marido também trabalha com costura e é contratado formalmente em uma empresa do local.

Verônica procura conciliar as atividades de costura, com os cuidados com os filhos e demais tarefas domésticas. Salientou que o marido ajuda, principalmente na limpeza da casa. Contou que, em épocas de trabalho normal, começa a costurar por volta das 7h e trabalha até 23 ou 24h, sempre se equilibrando entre uma atividade e outra. Ela costura roupas infantis e camisas de praia, infantil e adulto. Quando está com trabalho, os rendimentos mensais ficam em torno de R\$ 800,00 reais. A costureira utiliza o espaço da garagem e uma parte da sala para realizar o seu trabalho. Vale salientar que algumas das máquinas que ela utiliza para a costura são de propriedade da faccionista que fornece o serviço para ela. Ao utilizar as máquinas ficou acordado, de forma informal, que Verônica não poderia usar as máquinas para a realização de costura de peças para outras contratantes. Cabe destacar também que sua filha de apenas três meses geralmente fica no bebê conforto no momento em que ela está costurando, o que nos fez questionar se o barulho das máquinas, assim como os pelos das linhas e dos tecidos, seriam saudáveis para uma criança tão pequena.

Encontramos Verônica em um momento difícil, pois ela alega que, com a crise econômica vivenciada nos últimos tempos, as encomendas diminuíram significativamente, mesmo assim ela pretende continuar na atividade de trabalho domiciliar que, segundo ela, é a melhor maneira de ganhar uma renda, para complementar a renda do marido, o qual, à noite, também ajuda na facção domiciliar.

Apesar das diferentes trajetórias ocupacionais, observamos através dos depoimentos elementos comuns no cotidiano de trabalho das faccionistas, como, por exemplo, o sonho de aumentar o negócio, colocando uma marca própria. Todas alegaram que isso geraria uma maior autonomia e liberdade no trabalho. Das entrevistadas, apenas uma salientou que gostaria de se formalizar no futuro, as demais pretendem continuar na informalidade, uma vez que consideram mais vantajoso financeiramente, por não precisarem pagar impostos e nem encargos sociais com a contratação de costureiras(os). Constata-se que o fato delas terem passado por experiências de trabalho anteriores, marcadas pela exploração, intensificação do trabalho, baixos salários e até mesmo trabalho infantil, faz com que avaliem de forma bem positiva a situação profissional e social atual.

Durante o processo de desenvolvimento da pesquisa e das entrevistas com as faccionistas sentimos a necessidade de realizar uma entrevista com um representante da prefeitura municipal, para obter uma visão mais ampliada do trabalho na cidade e também para verificar o que a prefeitura vem realizando no sentido de contribuir com esta atividade

econômica, através de políticas públicas. Assim, entrevistamos Valéria, que no momento da pesquisa era diretora de desenvolvimento econômico de Santa Cruz do Capibaribe, mas também já foi faccionista. Ela começa destacando a importância de fomentar o empreendedorismo como política pública de desenvolvimento local, o qual surge a partir da própria necessidade dos pequenos empreendedores e também pela cultura local, uma vez que Santa Cruz é uma cidade empreendedora, onde todos querem empreender. Entretanto, segundo a secretaria “ainda faltam noções básicas de gestão e administração nos negócios, bem como orientações para criação da marca própria e de como investir os recursos financeiros adequadamente”.

A secretaria destaca que foi realizada uma parceria com o Curso de Economia da Universidade Federal de Caruaru para trabalhar educação financeira, considerando que no município existe um alto índice de inadimplência no comércio e, por essa falta de conhecimento técnico de gestão, os pequenos empreendedores contraem grandes dívidas e não conseguem gerenciar bem as empresas, segundo Valéria:

A gente trabalhou o consumidor em parceria também com o Procon pra dialogar a renegociação de dívidas, educação financeira para o pequeno empreendedor ter também essas noções básicas e tá sempre atuando em parceria com o Sebrae, participando dos projetos que eles oferecem né, inclusive um que é Território Vivo, que é muito interessante, que é uma junção de cidades do agreste das regiões de Pernambuco. Tem um coletivo desse que tenta fazer, por exemplo, feiras nas outras cidades para as outras cidades irem comprar, pra conhecer, pra movimentar a economia e pra debater também ações conjuntas em questão de segurança e meio ambiente, ou seja, os problemas comuns que as cidades têm, a gente participa desses diálogos e internamente tem as parcerias com as outras secretarias... a gente ainda não trabalha com tanta efetividade quanto deveria na qualificação da mão de obra... (Valéria, 34 anos)

Sendo assim, Valéria argumenta que:

A secretaria municipal visa atender a todos os públicos, tanto desse público de pequenos empreendedores, é uma quantidade muito grande de pequenos empreendedores e a gente obviamente não tem essa estrutura ainda pra atender todos eles adequadamente, mas a ideia é oferecer cursos, trazer o Sebrae e instituições de ensino que queiram trabalhar essas questões, ter um espaço pra isso e também ofertar uma assessoria né, um acompanhamento pra quem quer abrir uma empresa, pra quem quer formalizar pra todo esse suporte para o pequeno empreendedor esse é o carro chefe do trabalho até agora. (Valéria, 34 anos)

Vimos através da entrevista que algumas medidas e projetos já vem sendo desenvolvidos por parte da prefeitura municipal da cidade, a exemplo de uma parceria com o DIEESE e coordenadoria da Secretaria da Mulher, cursos de qualificação em costura pelo PRONATEC, entre outras atividades. Entretanto, verifica-se que essas iniciativas ainda são

tímidas e insuficientes, a começar pela própria infraestrutura e saneamento básico da cidade. Basta circular um pouco pelos bairros e podemos ver esgotos a céu aberto e lixos de todos os tipos espalhados, inclusive retalhos de tecidos jogados nas ruas da cidade.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que, no Polo, a informalidade assume diversas configurações e é vista como uma forma de empreendedorismo e de ganhar uma rentabilidade maior, uma vez que o proprietário do negócio não precisa pagar impostos e nem direitos sociais aos(as) trabalhadores(as). Constata-se que no local existe uma consciência coletiva forte, no sentido de buscar ser empreendedor de si mesmo, ainda que de pequeno porte.

A maioria das pessoas que trabalha com costura, quando aparece uma oportunidade, coloca sua própria facção ou fabrico e sonha em criar uma marca própria para ter mais liberdade e autonomia no trabalho. Observa-se forte presença de uma ideologia que busca individualizar as formas de trabalho e produção, as quais são fortalecidas e incentivadas pela cultura do empreendedorismo, que busca valorizar as habilidades individuais, como forma de resolver o problema do desemprego, especialmente nas regiões periféricas, onde o mercado de trabalho é historicamente marcado pela informalidade, como é o caso da região estudada.

O empreendedorismo informal é bem conhecido nos principais municípios do polo que são Santa Cruz, Caruaru e Toritama, mas atinge também vários outros municípios da região e também áreas rurais. Através das entrevistas com as costureiras faccionistas ficam evidentes algumas das principais características do trabalho em facções domiciliares, da informalidade da terceirização ou subcontratação e das condições de trabalho em geral. Verifica-se que essas formas de trabalho estão imbricadas e se retroalimentam. Constata-se também a importância das relações de parentesco e vizinhança, dos laços de amizade, onde a confiança é um elemento central. De modo geral, todos os moradores da cidade trabalham com atividades relacionadas a costura e os jovens desde pequenos já são incentivados a se envolver na produção familiar de roupas e/ou na comercialização.

Segundo as mulheres faccionistas entrevistadas, o trabalho informal domiciliar possibilita mais autonomia no cotidiano de trabalho, uma vez que conseguem conciliar o trabalho produtivo das confecções com o trabalho reprodutivo relacionado aos cuidados com a educação e alimentação dos filhos, filhas e marido, bem como com as compras, organização e limpeza da casa. Ficam sobrecarregadas de atividades, mas ainda assim consideram que

possuem uma maior autonomia no trabalho domiciliar. Inclusive, vale destacar que elas não avaliam a sobrecarga de atividades como exploração do trabalho e sentem orgulho ao conseguir desempenhar várias atividades ao mesmo tempo, ou seja, não se sentem objeto de exploração.

Entretanto, verificamos através dos depoimentos de faccionistas que a tão sonhada autonomia e liberdade é relativa, uma vez que dependem do trabalho da “patroa” contratante e nem todas as semanas recebem a mesma quantidade de trabalho, o que gera uma certa instabilidade financeira. Além disso, como o trabalho de costura nas facções é por produtividade, ou seja, quanto mais as(os) costureiras(os) produzirem, maior será sua renda semanal ou mensal, o que leva a intensificação do trabalho, que envolve de 8 a 16 horas diárias de trabalho. Uma das entrevistadas nos falou que costumava trabalhar das 7 às 23 hs, parando somente para refeições.

Verificamos que os ambientes de trabalho das facções são locais pequenos. Às vezes utilizam uma peça da casa, normalmente a sala para colocar as máquinas, em alguns casos a garagem ou outra peça do domicílio. O local é cheio de pilhas de peças cortadas para costura ou de peças já fechadas, rocas de linhas, máquinas e outros aviamentos utilizados no cotidiano de trabalho. As crianças circulam livremente entre as pilhas de confecções e as mães faccionistas precisam estar atentas ao trabalho e aos cuidados com os(as) filhos(as) ao mesmo tempo. Verificamos que é comum também algumas costureiras alugarem máquinas necessárias à sua produção, uma vez que o preço é alto para comprar uma nova e consideram arriscado comprar máquinas usadas.

Por fim, cabe destacar que tanto os conteúdos relativos à pesquisa empírica, quanto o referencial teórico sobre os conceitos analisados ainda serão trabalhados e aprofundados para a versão final do relatório da pesquisa. É importante perceber que aquilo que na literatura da Sociologia do Trabalho aparece como sintomas de precariedade do trabalho, como é o caso da informalidade, da terceirização e subcontratação, nas facções de Santa Cruz, essas formas de trabalho, mesmo precárias, representam uma forma de empreendedorismo, bem como a sobrevivência do pequeno e médio negócio, uma vez que o capital de giro é baixo e o uso de tecnologias é bem limitado. Sendo assim, torna-se importante o olhar atendo dos(as) pesquisadores(as) para captar a complexidade dos conceitos e como se operacionalizam e se relacionam na realidade socioeconômica estudada, ou seja, na forma de organização do

trabalho, na forma de gestão da produção e no modo de vida de mulheres e homens que fazem a história do Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. A nova precariedade salarial: elementos histórico-estruturais da nova condição salarial do século XXI. In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia. (Organizadoras). **O avesso do trabalho IV – Terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p. 89-104.

ARAÚJO, Angela. Trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: VERAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Organizadores). **Marchas e Contramarchas da informalidade do trabalho: das origens à subordinação**. João Pessoa: Editora universitária, 2011. p. 161 – 189.

BRAGA, Bruno Mota. As dinâmicas formal-informal no Parque das Feiras em Toritama: configuração histórica e mudanças recentes. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT12-03.pdf>> Acesso em 5
BURNETT, Annahid. A afirmação da petite bourgeoisie formada pelos pioneiros da sulanca em Santa Cruz do Capibaribe, PE. **Revista Latitude** (UFAL), v. 8, 2014. p. 237 - 254.

CORTELETTI, Roseli; SILVA, Daniele. **Terceirização e trabalho precário: Um estudo no setor calçadista de Campina Grande/PB**. Congresso da Associação Latinoamericana de Estudos do Trabalho (ALAST). Buenos Aires, Argentina, 2016. (Comunicação Oral).

CORTELETTI, Roseli; CHANG, Kerilin. **Terceirização no serviço público e condições de trabalho**. Encontro da Associação Brasileira do Trabalho (ABET). Salvador-BA. (Comunicação Oral).

DIEESE/CUT. **Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha**. Dossiê sobre o impacto da terceirização sobre os trabalhadores e proposta para garantir a igualdade de direitos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

DRUCK, G. Terceirização no serviço público: Múltiplas formas de precarização do trabalho. In: NAVARRO, Vera; LOURENÇO, Edvânia. (Organizadoras). **O avesso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. 1ª ed. São Paulo : Outras Expressões, 2017. p. 59 – 87.

DRUCK, Graça. A indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização. In: TEIXEIRA, Marilane Oliveira; ANDRADE, Hélio Rodrigues de; COELHO, Elaine D'Ávila. (Orgs.). **Precarização e Terceirização: Faces da mesma realidade**. São Paulo : Sindicato dos Químicos-SP, 2016, p. 35-58.

DRUCK, Graça. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. **Revista Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, 2016. p. 15 - 43.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo social**. [online]. 2018, vol.30, n.1, p.77-104.

LEITE, Márcia. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: LEITE, Márcia; ARAÚJO, Angela (Organizadoras). **O Trabalho reconfigurado**: Ensaio sobre o México e o Brasil. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.

LIMA, J.; SOARES, M. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno do CRH** (37) 2002. Salvador.

LIMA, Jacob, Carlos; CORTELETTI, Roseli de Fátima; ARAÚJO, Iara Maria de. **Empreendedorismo e terceirização na produção de confecções: experiências no nordeste brasileiro**. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt33-12/11397-empreeendedorismo-e-terceirizacao-na-producao-de-confeccoesexperiencias-no-nordeste-brasileiro/file>> Acesso em 16 de dezembro de 2018.

MILANÊS, R. Costurando roupas e roçados: As linhas que tecem trabalho e gênero no Agreste Pernambucano. **Dissertação de Mestrado** – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

MORAES, Alana. Da casa à feira: trabalho independente e e estratégias econômicas no polo de confecções do agreste pernambucano. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANTA, Marco Aurélio (Organizadores). **Trabalho, territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa : Editora da UFPB, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo : Boitempo, 2003.

PEREIRA NETO, Eugênio Vital. **Qualificação e Informalidade**: os modos de atuação do Senai no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

ROSENFELD, C. Autoempreendedorismo: forma emergente de inserção social pelo trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, número 89. p. 1 – 21.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

VERAS DE OLIVEIRA, R. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: VERAS DE OLIVEIRA, Roberto.; SANTANA, Marco Aurélio (Organizadores). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. p. 233 – 278.